

O QUE PODEMOS APRENDER COM OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DAS PRODUTORAS DE DERIVADOS DO BABAÇU DA REGIÃO DE ITAPECURU MIRIM?

Bruna Caroline dos Santos Gomes¹

RESUMO

Este artigo condensa os resultados obtidos em uma recente pesquisa de dissertação de mestrado que teve por tema o Desenvolvimento Sustentável da região de Itapecuru Mirim a partir da atuação de empreendimentos solidários voltados para a produção de derivados do babaçu. Contrariando o modelo desigual imposto, no qual as quebradeiras de coco revendiam a amêndoa a quilo por um preço ínfimo, as mulheres de Itapecuru ressignificaram essa atividade secular produzindo subprodutos de maior valor agregado. A partir de diálogos flexíveis e da técnica do estudo das percepções pessoais, demonstra-se que as comunidades investigadas ultrapassaram barreiras sociais negligenciadas pelo estado - da geração de renda ao empoderamento feminino; o presente artigo reforça que temos muito o que aprender com as produtoras de derivados de babaçu de Itapecuru Mirim.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Coco babaçu; Empreendimentos solidários.

ABSTRACT

This article condenses the results obtained in a recent master's thesis research whose theme was the Sustainable Development of the Itapecuru Mirim region based on the performance of social enterprises aimed at the production of babassu coconut derivatives. Contrary to the imposed unequal model, in which the coconut breakers resold the almond by the kilo for a negligible price, the women of Itapecuru resignified this secular activity by producing by-products with greater added value. Based on flexible dialogues and the technique of studying personal perceptions, it is demonstrated that the investigated communities have overcome social barriers neglected by the state-from income generation to female empowerment; This article reinforces that we have a lot to learn from babassu derivatives producers in Itapecuru Mirim.

Keywords: Sustainable development; babassu coconut; social enterprises.

1 INTRODUÇÃO

¹ Universidade Estadual do Maranhão; Mestra; bruna c.gomes@hotmail.com.















A extração e comercialização do coco babaçu é uma atividade de grande relevância econômica e social, sendo o Maranhão responsável por produzir 93% da safra do país (IBGE, 2017). A utilidade da espécie é incontestável, com aplicações que vão desde o artesanato e culinária até à indústria de medicamentos e biocombustíveis.

Entretanto, historicamente não houve um aproveitamento racional dessa riqueza de infinitas possibilidades, bem como não houve um processo produtivo capaz de incluir de forma satisfatória as famílias extrativistas. Durante boa parte do século XX, os setores comercial e industrial foram aliados na busca por acumulação, que era concedida com o aval do Estado por meio de concessões, crédito e incentivos fiscais para a atração de empresas candidatas a exploração do babaçu.

Em resposta às relações sociais desiguais no campo, no início dos 90, grupos organizados surgiram com o intuito de promover o acesso a direitos expropriados de trabalhadores (as) da agricultura familiar. Neste processo, estão incluídas comunidades quilombolas, associações de assentamento, cooperativas de produção e comercialização, sindicatos rurais, clubes de mães entre outros, tendo o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), como um de seus principais expoentes.

Um modelo que emerge com os mesmos propósitos encontra-se na região de Itapecuru Mirim, município situado a aproximadamente 121 quilômetros da capital. A localidade serviu de campo empírico para uma recente pesquisa de dissertação de mestrado realizada entre os anos de 2020 e 2022.

O trabalho desenvolvido tinha como objetivos a identificação dos empreendimentos, a caracterização e contribuição dos mesmos para o desenvolvimento sustentável da região, foram analisados desde os ganhos econômicos a emancipação social dos participantes. Neste artigo, pretende-se discorrer acerca dos principais resultados obtidos em campo, trazendo uma reflexão sobre a iniciativa popular enquanto enfrentamento ao modelo produtivo dominante.











2 DESENVOLVIMENTO PRA QUEM? A EXPLORAÇÃO DO BABAÇU NO MARANHÃO

A exploração e comercialização de uma das principais riquezas naturais do estado se deu de forma contraditória e desigual. Historicamente o coco babaçu foi utilizado como ferramenta na garantia dos interesses de uma elite comercial que assentada no privilégio da grande propriedade, alijou do processo produtivo as mulheres quebradeiras de coco. O setor industrial também contribuiu para que se consolidasse uma lógica de exploração na qual a população pobre tinha no babaçu apenas uma moeda de troca e matéria de subsistência, sem se valer do potencial integral deste fruto.

O início da atividade extrativista babaçueira no Maranhão acontece em consequência da reorganização da sociedade pós-abolição. A população rural formada por ex-escravos, caboclos e seus descentes voltou-se para a agricultura de subsistência e extrativismo, onde o babaçu foi utilizado primariamente na produção de azeite e óleo na culinária, bem como pelo aproveitamento do caule e folha na produção de moradias tipicamente maranhenses.

Até então, extrativistas, grupo majoritariamente formado por mulheres, possuía o livre acesso à palmeira do babaçu, dinâmica que sofre alteração no início do início do século XX quando a amêndoa do coco desperta interesse comercial. Amaral Filho (1990) conta que a exportação de amêndoas teve início em 1911, com destino à Alemanha, ainda em pequena escala. Com a percepção do valor comercial do fruto, estabelece-se no estado o mecanismo do arrendamento de terras: o grande proprietário passa a cercar a propriedade e exigir uma contrapartida para permissão do acesso, geralmente uma parte da produção de amêndoas, adquirida com preço inferior ao praticado no mercado. Este mesmo proprietário, não raro, era também comerciante, e implantava entrepostos para troca da produção por itens básicos de consumo.











Sob esta dinâmica desigual, o babacu entra na pauta de exportações do estado, sendo exportado in natura para os Estados Unidos e Europa, locais de extração do óleo. As Casas de Exportação eram responsáveis por colocar o produto em contato com o restante do mundo. Na segunda metade do século XX o Brasil passa por forte processo de industrialização, período marcado por profundas mudanças políticas e sociais. O discurso do "desenvolvimento" (grifo nosso), fazia parte do ideário nacional.

O Maranhão seque o intento da industrialização mediante a implantação de políticas públicas para atração de empresas capitalistas capazes de gerar divisas para o estado. Essas ações estavam integradas aos projetos de colonização que visavam a ocupação racional do interior maranhense, já que se tinha a ideia de que a pobreza do estado advinha da ocorrência de "espaços vazios" e da baixa densidade populacional. Estes programas objetivavam a ocupação "racional" do território. Ao que era uma inverdade, tendo em vista que o território maranhense fora secularmente ocupado por migrantes nordestinos, indígenas, quilombolas, posseiros, entre outros grupos sociais.

Tais medidas colonizadoras consistiam em ações complementares de controle do deslocamento das famílias oriundas da Baixada Maranhense, do Vale do Itapecuru e do Mearim no acesso aos recursos básicos, mas em conjunção com a implantação de grandes projetos agropecuários e de mineração, cujas iniciativas estavam fundadas na apropriação de terras públicas (WAGNER; MOURÃO, 2014).

Houve uma verdadeira corrida de empresas provenientes de outros estados e países candidatas a disputar o mar de benesses oferecidos pelo Estado àquela época, que iam desde a concessão de terras "devolutas" e isenção fiscal via SUDAM e SUDENE à disponibilização de crédito subsidiado. Sendo assim, houve uma rápida e não planejada expansão da capacidade produtiva do babaçu.

Este crescimento se dá em um momento em que, se por um lado, as políticas estatais atraíam empresas beneficiadoras do babaçu para o estado, por outro, também direcionavam vantagens para outras atividades que inibiam a pequena















produção fundamentada no trabalho familiar, que era também responsável pelo fornecimento de amêndoas aos atravessadores que faziam chegar à indústria este insumo.

Com um caráter rudimentar e pouco moderno, o abastecimento do fruto não acompanhou o ritmo do crescimento industrial, resultando em capacidade produtiva ociosa. Como mencionado anteriormente, outras atividades economicamente mais atraentes se instalam no Maranhão, como a mecanização das monoculturas da soja, do milho e do arroz. Destaque também para a pecuária de corte.

Outro fator que contribuiu para que a atividade declinasse seria a abertura da importação de um substituto perfeito: o palmiste da Malásia. Inúmeras empresas, de todos os tamanhos, na capital e no interior, desaparecem. As poucas que sobrevivem adaptam seu processo produtivo a outras oleaginosas (por exemplo, soja) ou, simplesmente, compram óleo bruto importado da Ásia (palmiste), mais barato do que o processado no Estado (MESQUITA, 1999).

Apesar de toda a problemática envolvendo este fruto de ampla ocorrência na região Meio-Norte do Brasil, e de maior densidade no nosso estado; demonstrase a seguir que a forma de exploração descrita acima não é única. No final dos anos 80, movimentos populares e sindicais discutem e implementam formas de inclusão produtiva direcionadas às camadas alijadas do sistema capitalista.

3 A BUSCA POR EMANCIPAÇÃO SOCIAL: ELAS TAMBÉM PODEM PRODUZIR!

De modo geral, buscou-se empreender uma pesquisa em que se tivesse contato com vários atores envolvidos na produção e comercialização de derivados do babaçu no município de Itapecuru-Mirim. Não houve forte preocupação na definição de ferramentas de coleta ou aplicação de um modelo único de questionário, buscando-se um diálogo flexível com cada respondente. Ressalta-se o caráter qualitativo da pesquisa e a impossibilidade da realização de pesquisa etnográfica ou













observação participante, já que o estudo se deu no período da pandemia de covid-19.

No estudo se fez uso do estudo das percepções pessoais. Mais comumente denominada "história de vida", essa técnica visa entender como é vista a história na perspectiva do "cidadão comum". Segundo Bogdan e Biklen (1994), os depoimentos sociológicos ou psicológicos, na primeira pessoa, obtidos através de entrevistas estão destinados a entender aspectos básicos do comportamento humano e das instituições existentes. Neste artigo preserva-se o anonimato dos respondentes.

Sob esta perspectiva foram entrevistadas produtoras (associadas/cooperadas), presidentes de associações e cooperativas. Também foram estabelecidos diálogos com atores da esfera pública e privada de ampla atuação no município: o secretário municipal de agricultura de Itapecuru, técnicos da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), pesquisadores da Embrapa e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

A pesquisa de campo foi realizada em Itapecuru Mirim e entorno, compreendendo o povoado Pedrinhas (Anajatuba), a Vila 17 de Abril (integrante do assentamento Cristina Alves), o povoado de Olho D' Água das Guaribas e o centro de Itapecuru (União do Clube de Mães de Itapecuru Mirim), onde foram aplicados questionários semiestruturados junto à lideranças locais (Pedrinhas e Olho D' Água das Guaribas) e em pequenos grupos focais (sede do município e comunidade 17 de Abril).

Percebe-se que o trabalho com o babaçu na localidade teve como impulso a implantação de dois grupos pioneiros no início dos anos 1990 – o Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria no povoado Pedrinhas, e a produção de Olho D' Água das Guaribas, ambas enquadradas na modalidade jurídica associação.

De acordo com Viviane Barbosa (2019) a década de 1990 apresentou uma crescente onda de organizações femininas em todo o Brasil, e as transformações no mundo do trabalho vieram acompanhadas de uma ampla heterogeneidade, complexidade e fragmentação de ser e viver a classe trabalhadora (BARBOSA, 2019,













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

p. 263). Imprimindo as peculiaridades locais em sua forma política-organizativa, as mulheres de Itapecuru deixaram de enxergar o babaçu como uma extensão da atividade doméstica e passaram a adotá-lo como subsídio para construção de espaços de diálogo e busca de direitos.

A raiz da implantação de empreendimentos na região teve como objetivo a ajuda mútua na criação dos filhos e execução de atividades domésticas para que pudessem participar das atividades da agricultura familiar e do extrativismo; a quebra manual do coco e as atividades do roçado também fazia parte da rotina das mulheres. Enquanto Pedrinhas concentrava esforços na manipulação de derivados do mesocarpo, as mulheres de Olho D' Água focaram na extração do óleo da amêndoa. Para que houvesse circulação de produtos, o sistema funcionava mediante parceria, onde uma comunidade fornecia a outra o insumo pendente na produção de diversos subprodutos.

Ao que se percebe que não havia uma competição entre os grupos, nem acumulação, toda renda era destinada a expansão do movimento e à formação pessoal e profissional das mulheres, logo surgiram na localidade dezenas de clubes de mães. O que nos remete a Chayanov (1974), teórico que estabelece a cooperação como mecanismo para ultrapassar as limitações da unidade camponesa familiar, que faz pouco uso de tecnologia. Tendo em vista que o limite da produção camponesa seria a provisão das necessidades do produtor e de sua família, não faria sentido acumular parte desta produção, sob pena de desperdícios. Sendo assim, parte da produção é doada ou objeto de permuta.

A atividade desenvolvida pelas mulheres de Itapecuru demonstra um viés mais social que econômico, como nota-se nas falas coletadas em campo:

"Hoje nós quebramos coco sim, mas não é mais como antigamente. Hoje a gente quebra coco pra fazer os produtos da agroindústria... pra fazer o sorvete, a gente tira o mesocarpo pra fazer o bolo. Hoje nós não quebramos o coco mais assim, pra vender de quilo em quilo. Nós catamos o coco, mas é pra fazer os nossos produtos" (produtora de Pedrinhas, agosto de 2020).

[...] "quando começamos o movimento, as mulheres tinham medo de sair de casa, de falar e de se reconhecer como mulher. O primeiro passo foi trabalhar a formação da mulher pra ela entender que ela tinha direitos, que ela tinha













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

valor. Para mim foi a maior conquista. Hoje você vê as mulheres assim, independentes... vamos citar o exemplo: a gente bota a produção e quando chega o dinheiro essa mulher paga as contas, compra a roupa que ela gosta, compra o fogão que ela quer, ela se determina por conta dessa independência que ela conquistou. Mas isso levou muito tempo, o machismo era tão grande que o marido não deixava a mulher sair de casa, ele dizia que ela ia pra rua procurar homem, perguntava se ia ter reunião todo dia. Mas a mulher foi se reconhecendo, ela foi aderindo aos projetos, às associações e clubes. Teve mulher que formou o filho trabalhando com a gente, que construiu sua casa, que comprou uma moto" (Liderança local de Pedrinhas).

Conforme aponta o primeiro depoimento, a atividade que antes era artesanal se ressignificou com o tempo, sendo implantada uma agroindústria na localidade em 2014, fruto de doação da mineradora VALE. Na articulação para instalação da agroindústria, outros parceiros foram envolvidos, como a CONAB, a Embrapa Cocais e o SEBRAE. A CONAB se comprometeu em absorver os produtos desenvolvidos na agroindústria através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Embrapa assumiu a responsabilidade de pesquisar e transferir conhecimentos para as mulheres participantes do empreendimento para que elas pudessem desenvolver produtos a partir do babaçu. E o SEBRAE assumiu a responsabilidade de fazer as capacitações com as mulheres para produção e comercialização dos produtos.

Fotografia 1 – Agroindústria de derivados do babaçu em Itapecuru Mirim



Fonte: Autora (2020)

PROMOÇÃO











De forma semelhante, o povoado de Olho D' Água das Guaribas foi contemplado com uma agroindústria, nesse caso, concedida pelo Governo do Estado. A entrevistada na ocasião da pesquisa destacou que no ano de 2017 adquiriram equipamentos para produção do óleo e biscoitos, produtos que são destinados aos mercados institucionais, sobretudo o PNAE. Os produtos também atendem ao PAA e outras demandas da Conab.

Na ocasião da entrevista, foi possível apurar o uso de equipamentos industriais integrados ao processo produtivo - batedeira, forno, mesa e outros equipamentos necessários para a produção de bolos, pães e biscoitos, conforme demonstram as fotografias a seguir

Fotografia 2 - Equipamentos de Olho D' Água das Guaribas





Fonte: Autora (2021)

No diálogo realizado junto a Secretaria de Agricultura do município, foi apurado que não existem informações acerca do quantitativo de associações, clubes de mães e cooperativas no município. Mesmo a liderança local mais antiga em atuação no território, não soube mensurar essa quantidade. Todos os respondentes indicam que esse processo é extremamente dinâmico, clubes surgem como associações e nos casos em que não conseguem formalizar intenção comercial, se aliam às cooperativas já existentes para escoar a produção e ter acesso aos mercados institucionais.







APOIO







REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

O secretário de agricultura familiar indica que existe um compromisso da prefeitura em multiplicar essas iniciativas em diversas comunidades carentes do município, estima que existam 258 localidades, 74 quilombos e 100 comunidades tradicionais que tem no babaçu uma fonte de renda, direta ou indiretamente.

Um dos pontos que chama a atenção no grupo de mulheres de Itapecuru é a capacidade de adaptação frente às adversidades externas, desde a busca por capacitação e formação de parcerias junto à órgãos de apoio como Sebrae e Senai, até o empenho na descoberta de novos produtos.

A autogestão se faz presente em todos os empreendimentos. Com conhecimentos adquiridos na rotina e nos cursos disponibilizados, essas mulheres inovam constantemente. É o que indica a pesquisadora da Embrapa, que contribuiu com o estudo. A Embrapa tem trabalhado junto às produtoras de Itapecuru desde o ano de 2017, mediante fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento (Fapema).

As mulheres da comunidade de Pedrinhas indicaram produtos que poderiam ser aperfeiçoados em parceria com os pesquisadores da Embrapa, a exemplo do biscoito e sorvete. Em seguida, chefes de cozinha de renome nacional contratados provisoriamente pela Embrapa ministraram oficinas na agroindústria do povoado. Além destes, foram convidados professores da área da Engenharia de Alimentos da Universidade Federal do Maranhão.

De acordo com a pesquisadora, "as oficinas ministradas estavam baseadas no conhecimento que as mulheres já tinham, o resultado obtido foi uma mistura de conhecimento tradicional e técnico, que posteriormente seria transmitido para outras interessadas. As mulheres transformaram-se em multiplicadoras de tecnologia social".

Alguns dos alimentos produzidos nas oficinas já são comercializados e outros foram classificados como "potenciais", carecendo de pesquisa em laboratório para sua produção. Passou a ser objeto de estudo o leite batido da amêndoa do coco. Entretanto, dada a sua alta perecibilidade, ainda se estuda um método de











conservação em parceria com pesquisadores do Ceará. Outros produtos pouco conhecidos são o leite condensado, o capuchino e o queijo derivados do babaçu, alimentos de elevado valor nutricional e que também estão sendo estudados por pesquisadores da Embrapa.

A entrevistada também frisou que foi durante o período de pandemia que as mulheres buscaram apoio para produção de uma logomarca com registro no Instituto de Propriedade Industrial, o INPI, algo que foi concretizado mediante parceria entre as mulheres do povoado de Pedrinhas, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Programa Inova Maranhão), a Embrapa, a incubadora de empresas Conecta Brasil 360 e a Buildlab, startup responsável pela criação da identidade visual do empreendimento, conforme se evidencia a seguir:



Figura 1 - Marca idealizada

Fonte: babassu.buildlab.com.br (2021).

Outra comunidade de destaque na região é a Vila 17 de Abril, integrante do Projeto de Assentamento de Terra Cristina Alves. A associação da Vila 17 de Abril foi criada no ano de 2012. Em seguida, para incrementar as atividades comerciais, o PA criou também uma cooperativa, localizada na comunidade vizinha (Cabanagem). A primeira atividade desenvolvida na localidade compreendia o artesanato a partir da







APOIO







reciclagem de pneus, papel e plástico; as mulheres da região são reconhecidas pela confecção de redes a partir do reaproveitamento de embalagens de feijão e arroz. A Vila também conta com uma horta orgânica.

Com o aumento da renda e da produção, os produtos foram destinados ao PROCAF – Programa de Compras da Agricultura Familiar, cuja primeira demanda atendida foi o fornecimento de 200 kg de mesocarpo do babaçu. Para ter acesso à horta ou às máquinas do coletivo de mulheres, não existe obrigatoriedade de pagamento da mensalidade, porém muitas mulheres se utilizam dos benefícios da vinculação para ter acesso ao salário maternidade e aposentadoria.

O natural é que mais mulheres se interessem pelo projeto, afinal, "as mulheres ficam mais fortes, não vão mais para a roça fazer um trabalho sofrido". Relatam que a rotina de trabalho é flexível, as associadas só trabalham se quiserem e recebem por produção. Percebe-se que o trabalho desenvolvido pelas produtoras de Itapecuru também proporciona saúde e qualidade de vida no trabalho:

"Eu não troco minha vida do interior pela vida da cidade e não trocaria meu trabalho nem por um emprego na prefeitura, aqui é melhor financeiramente, a carga de trabalho é menor, não tem chefe, no dia que eu quiser trabalhar eu trabalho, se eu quiser posso trabalhar até de madrugada" (Liderança comunitária, Vila 17 de Abril, 2020).

No testemunho acima nota-se a multifuncionalidade da produção, não no sentido imediato de geração de renda, mas na amplitude dos laços sociais ali constituídos, claro, sempre haverá desertados, associados pouco engajados. É normal que todos não se identifiquem com a atividade, mas, pelos depoimentos coletados, os que permanecem se mostram satisfeitos em sua realização pessoal.

Também foram apurados pontos de melhoria no modelo, como a forte dependência do Estado via compras governamentais. Na visão das mulheres entrevistas ainda "existem os governos que ajudam e os que atrapalham", sendo que a sobrevivência deste tipo de empreendimento também depende de certo nível de













autonomia. Se por um lado as parcerias institucionais podem ser vantajosas, por outro podem condicionar o *modos operandi* dos negócios, por este motivo se tornam importantes as capacitações para aperfeiçoamento dos produtos e acesso a mercados no intuito de torná-las mais independentes na busca por novos parceiros.

Destaca-se, ainda, a incipiência da gestão financeira, muitas das perguntas realizadas em campo ficaram sem resposta. Questões relacionadas à lucratividade, rentabilidade, solvência do negócio, capital de giro empregado etc. ainda são temas de difícil compreensão. Muitas das vezes, o planejamento financeiro fica a cargo do contador ou consultor externo aos empreendimentos; algo levantado pelo técnico da SAF na entrevista concedida. Há de se considerar que esta é uma dificuldade enfrentada também por micro e pequenas empresas de tipo capitalista.

Outros problemas pontuais dizem respeito à ausência de uma comunicação visual adequada à maioria dos negócios, que não contam com logomarca, sacolas personalizadas, cartões de visita entre outros itens levantados como importantes para a divulgação. Também estão ausentes os rótulos com o valor nutricional dos produtos e o selo da vigilância sanitária na maior parte dos empreendimentos. Confirme visto no texto, as mulheres do povoado Pedrinhas estão melhor assessoradas neste sentido, pois criaram a marca "Delícias do Babassu" e recebem aceleração de uma incubadora do estado de São Paulo para profissionalizar a gestão de sua marca.

3 CONCLUSÃO

Dividindo espaço com empresas capitalistas, produtoras de Itapecuru iniciaram suas atividades no início dos anos 90. As mulheres daquele local se reuniam para que pudessem encontrar soluções para a dinâmica social da qual faziam parte. Estas questões poderiam ser simples, como a responsabilidade por crianças pequenas para que pudessem trabalhar, até problemas complexos, como a luta de gênero, onde o machismo imperava no seio familiar.













Como uma das principais potencialidades do modelo produtivo da região, destacam-se as parcerias firmadas com órgãos de apoio e poder público. O que consequentemente irá "fortalecer institucionalmente o município e suas sub-regiões; favorecendo o surgimento de serviços públicos eficientes, que são realizados, em sua maioria, pela população do próprio território (MANCE, 2004)".

Por meio destas parcerias as mulheres pleiteiam e adquirem equipamentos, estrutura física, capacitação e consultorias. Em todas as comunidades visitadas foram apontados o apoio de órgãos como Embrapa, Sebrae, Agerp, SAF, prefeitura municipal entre outros.

Por contarem com apoio de diversas instituições, adquiriram condições de produzir em locais com alvará de funcionamento e estrutura adequada para produção de alimentos que asseguram a segurança alimentar dos consumidores, conforme se evidenciou nas imagens anexadas ao texto. Os equipamentos industriais instalados garantem produção em escala, redução de custos e de erros na produção.

A diversidade de produtos também é um ponto favorável, ter um portfólio contribui para amortecer períodos de crise, tal como se deu no momento de pandemia. Conforme se evidenciou com a pesquisa, as mulheres buscam inovar cada vez mais, produzindo alimentos de maior valor agregado, a exemplo do leite condensado e capuchino de babaçu.

O espírito de união e cooperação também é outro ponto significativo. Um ambiente pautado na cooperação promove a aprendizagem, o compartilhamento do conhecimento e a diversidade, tornando-o mais agradável, o que reduz a rotatividade de pessoas, algo que implicará, também, na redução de custos.

Outro ponto positivo diz respeito ao empoderamento das mulheres, nas entrevistas realizadas foram apontadas as conquistas pessoais como fundamentais para a permanência das mesmas na atividade. Moradia de alvenaria, pagamento das contas em dia, aquisição de bens materiais e o custeio da educação de seus filhos foram frequentemente mencionados.











Para a finalidade a que se propõem, que em Singer (2002), seria "promover a empresa solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas" (SINGER, 2002, p. 16), os empreendimentos sociais de Itapecuru Mirim podem ser considerados altamente exitosos. As mulheres de Itapecuru Mirim reforçam os laços de parentesco e amizade por meio do trabalho, sendo empreendedoras também fora dos espaços comunais, o que contribui para o empoderamento e reforça a luta de gênero e pela terra. Esta cultura está disseminada na região e promete continuar!

REFERÊNCIAS

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo** / Alfredo Wagner Berno de Almeida, Laís Mourão. – Manaus: UEA Edições, 2017.

AMARAL FILHO, Jair do. A economia política do coco babaçu; um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís, SIOGE, 1990.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu: maternalismo e movimentos sociais no Maranhão** / Viviane de Oliveira Barbosa — Curitiba: CRV, 2019. — São Luís: EDUFMA, 2019.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la unidad económica campesina**. (1ª ed. 1925). Por ediciones Nueva Visión SAIC, 1974, Buenos Aires, República Argentina.

MANCE, E. A. Fome Zero e Economia Solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil / Euclides André Mance. - Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular, 2004.

MESQUITA, Benjamim Alvino. A crise da economia política do babaçu no Maranhão (1920-80). Disponível em: <periodicoseletronicos.ufma.br>. Acesso em 07 abr. 2023.

SIDRA Banco de Tabelas e Estatísticas do IBGE. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil. Acesso em: 05 jan. 2020.









